

A marcação de gênero em quatro variedades do português: fatos sócio-históricos

Ícaro Bismarck Lopes¹

Daniel Carvalho²

Resumo: Desenvolvemos um estudo que visa descrever um contínuo na marcação de gênero do crioulo falado em Cabo Verde, no português nas comunidades rurais afrodescendentes de Muquém (AL) e de Helvécia (BA), e da cidade de Salvador, Bahia. Com essa comparação, verificaram-se as semelhanças e diferenças na marcação do gênero, estabelecendo paralelos entre processos de mudança na morfossintaxe nessas comunidades que passaram por um amplo e profundo contato linguístico em sua história.

Palavras-chave: Concordância. Gênero. Contínuo. Contato.

Abstract: We carried out a descriptive study of a continuum on the gender marking in the Cape Verdean Creole, in the Portuguese spoken in the rural Afrodescendent communities of Muquém (AL) and Helvécia (BA), and in Salvador, Bahia. With this comparison we have verified that the similarities and differences in the gender marking, and have established parallels among different change processes in the morphosyntax in those communities, which have passed by a broad and deep linguistic contact process in their history.

Keywords: Agreement. Gender. Continuum. Contact.

Resumen: Se llevó a cabo un estudio para describir un continuo en el marcado de género en el criollo hablado en Cabo Verde, en el portugués hablado en las comunidades rurales afrodescendientes Muquém (AL) y Helvécia (BA), y la ciudad de Salvador, Bahia. Con esta comparación, se han observado las similitudes y las diferencias en el marcado de género, estableciendo un paralelismo entre los procesos de cambio en la morfossintaxis en aquellas comunidades que han sido objeto de un amplio y profundo contacto linguístico en su historia.

Palabras clave: Concordancia. Género. Continuo. Contacto.

¹ Mestre em Língua e Cultura/Universidade Federal da Bahia.

² Professor de Linguística e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia.



Apresentação

No panorama geral de dialetos rurais brasileiros, ocupam uma posição especial as comunidades afro-brasileiras que até hoje se conservam numa situação de relativo isolamento. Em sua maioria, essas comunidades se originaram de antigos quilombos ou de populações de negros escravizados que receberam doações de terra com o colapso dos empreendimentos agro-exportadores escravagistas. Do ponto de vista etnolinguístico, essas comunidades devem a sua importância ao fato de terem constituído o principal foco de possíveis processos de criouliização ocorridos na história linguística do país e/ou de conservação de falares africanos, como apontado por Lucchesi (2000).

Para este autor, a nativização do português entre os descendentes dos escravos africanos é determinante na história sociolinguística dessas comunidades. Os escravos vindos da África tiveram de aprender o português como língua segunda (doravante L2) em condições bastante adversas, no ambiente de trabalho forçado, seja nas lavouras ou nas minas. Já aqueles que nasciam no Brasil e, em muitos casos, eram filhos de pais falantes de línguas africanas distintas e mutuamente ininteligíveis, adquiririam o português como língua materna a partir do modelo do português falado como L2 pelos adultos. Segundo Lucchesi (2009), esse processo de nativização de um modelo defectivo de L2 teria dado origem a uma variedade linguística do português bastante distinta do português falado pelos colonos e seus descendentes. Ainda, tendo em vista o isolamento em que essas comunidades se conservaram no interior do Brasil, até pelo menos a primeira metade do século XX, essa variedade deveras modificada do português foi sendo passada de geração para geração sem maiores alterações, até sofrer a crescente

influência do português urbano culto a partir das últimas décadas do século XX. E é justamente essa influência que se reflete nos padrões de variação e mudança linguísticas em curso hoje nessas comunidades e que parecem estar sendo perdidos no português urbano falado hoje no Brasil, como ficará evidente nas próximas seções do presente trabalho.

Assim, ainda segundo Lucchesi (2009), existem duas razões cruciais para o estudo de comunidades rurais afro-descendentes. Primeiramente, porque estas oferecem indícios acerca da intensidade dos processos de criouliização ocorridos no Brasil no período de colonização e de formação de sua língua nativa, como poderá ser visto nas perdas de material linguístico que serão evidenciadas em níveis diferentes nas comunidades de Helvécia e Muquém em seus processos de Transmissão Linguística Irregular (doravante TLI). Segundo, o estudo dessas comunidades permite o estabelecimento de uma relação empiricamente motivada entre o processo de TLI e algumas das características atuais das variedades populares do português do Brasil.

Partindo desses pressupostos, este artigo apresenta uma descrição do cenário sócio-histórico no qual as reflexões sobre quatro comunidades distintas foram desenvolvidas, a saber: a comunidade afrodescendente de Helvécia-BA; a comunidade afrodescendente de Muquém-AL; a cidade de Salvador-BA, representando a primeira capital do Brasil; e o arquipélago de Cabo Verde, na África, que servirá de exemplo para ilustrar a semelhanças e diferenças nos processos de TLI presentes lá no continente africano e nos que ocorreram aqui no nosso país. Nesses panoramas sócio-históricos, recebem especial atenção os diversos grupos populacionais que participaram na evolução destas colônias, todas mantidas sob o domínio de Portugal e de sua língua.

Com a análise dos dados demográficos destas comunidades, espera-se lançar alguma luz sobre a gênese do desenvolvimento do português falado por seus moradores e descendentes, cujas origens ainda são tema de muita controvérsia.

As comunidades

Helvécia

A província de Helvécia está situada no Município de Nova Viçosa, na microrregião de Porto Seguro, na mesorregião do sul do Estado da Bahia. Segundo dados do IBGE 2010, o número da população subiu para 38.556 habitantes, com cerca de 33.526 pessoas vivendo na área urbana, o que corresponde a 87% da população, e 5.030 vivendo na área rural, o que corresponde a mais ou menos 13% da população. Desse total de habitantes, 28.559 eram alfabetizados, correspondendo a uma taxa de setenta e quatro por cento, sendo 25.239 de alfabetizados na zona urbana e 3.320 de alfabetizados na zona rural. (IBGE CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

Outra característica marcante presente nas comunidades afrodescendentes é o seu relativo isolamento. O acesso à província de Helvécia, bem como à sede do Município de Nova Viçosa, era feito, em 1994, por uma estrada de terra batida, a partir da BR 101.

A origem da comunidade de Helvécia se dá na antiga Colônia Leopoldina, uma colônia suíço-alemã estabelecida em 1818 e que prosperou até a abolição da escravatura, em 1888, dependendo da mão de obra escrava para o cultivo do café. Autores como Zimmerman (1999) e Baxter e Lucchesi (1999) têm comentado que o exemplo de

Helvécia é especial pelo fato de os senhores serem, na sua maioria, estrangeiros e, portanto, não tinham o português como língua materna.

Em tais circunstâncias, é evidente que o acesso que a criança escrava teria a modelos de falantes nativos do português seria mínimo. Mesmo o contato com o português falado como língua segunda (L2) dos senhores estrangeiros teria sido precário nas fazendas, em função do elevado número de escravos. De acordo com Lucchesi (2000), pode-se supor que o contato que o negro escravizado teria com modelos de português falado como língua materna seria mínimo.

Assim, a partir da análise dos dados históricos disponíveis, pode-se pensar que a grande proporção de escravos em relação aos falantes nativos de português (destacando-se o expressivo contingente de escravos africanos) teria dificultado em muito o acesso aos modelos de português falado como língua materna no processo de aquisição da língua entre a população escrava. Desse modo, pode-se pensar que o português transmitido para as gerações seguintes de escravos e seus descendentes na região de Helvécia tenha passado por profundas alterações em sua estrutura decorrentes desse processo defectivo de aquisição³.

Lucchesi (2000) aponta estruturas variáveis decorrentes de processos anteriores de perda de substância gramatical típicos do contato entre línguas:

(1) Uso variável na marcação de gênero

Ex.: E no radia falava, né? (radia no lugar de rádio); Tudo é esse mesmo **estação** (Tudo é essa mesma estação); opero no perna e tudo (operou na perna e tudo); Meu saúde não ta boa (Minha saúde não ta boa).

³ Carvalho (2011) já aponta para uma diferenciação estrutural na concordância de gênero em Helvécia.

(2) Uso variável do artigo definido

Ex.: eu sô fia **de** lugá (eu sou filha do/deste lugar).

(3) Uso de formas do presente utilizadas para expressar ações e estados do passado

Ex.: A veia Verônica não **é** mãe dela (A velha Verônica não era mãe dela).

(4) Uso de formas finitas em contexto de formas no infinitivo (ou o inverso)

Ex.: Ele não pode **vai** lá não (Ele não pode ir lá); Eu **comê** só uma vez (Eu comi só uma vez).

(5) Redução da concordância verbal que atinge as pessoas do verbo, inclusive a primeira do singular.

Ex.: **Eu vai** planejando assim mehmo (Eu vou planejando assim mesmo).

Uma das consequências mais notáveis do processo de TLI desencadeado a partir do contato abrupto e massivo entre línguas é a variação/eliminação do uso de partículas gramaticais (artigos, morfemas flexionais, preposições, por exemplo). Os dados sócio-históricos da comunidade de fala de Helvécia-BA fornecem evidências que nos permitem relacionar os fatos dessa natureza apresentados nos exemplos acima com o processo massivo, defectivo e não normatizado de aquisição do português por parte dos escravos africanos trazidos para a Colônia Leopoldina e seus descendentes crioulos.

Dessa forma, para além do difícil acesso a modelos do português falado como língua materna, vale destacar ainda que todo esse processo de aquisição se deu sem interferência de nenhum referencial normatizador, uma vez que o seu objetivo inicial era o de garantir a comunicação emergencial e imperativa entre senhores e seus escravos.

Muquém

Segundo dados do IBGE, na comunidade quilombola Muquém, há um total de 80 domicílios e uma população formada por cerca de 229 habitantes aglomerados. Está localizada a 5 km do Município de União dos Palmares, sendo uma área de difícil acesso onde não há transporte coletivo regular, transporte esse que é feito através de carroças ou mesmo a pé, uma vez que a comunidade não está servida por uma estrada asfaltada. Outro fator que agrava ainda mais o acesso à comunidade e, por vezes, acarreta o isolamento deste povoado é que, como a comunidade fica às margens de um rio, nas épocas de chuva, a estrada fica totalmente alagada, impossibilitando a entrada ou saída da comunidade.

Assim como em outras regiões do país, o contato entre diversos povos também se fez constante em Alagoas. Historiadores apontam a existência de nativos de diversas origens, como índios caetés, de africanos e afrodescendentes escravizados, assim como também de origem europeia como, por exemplo, portugueses, franceses e holandeses.

Com relação à invasão e dominação europeia, os franceses estiveram na região por volta de 1555, atraídos pelo pau-brasil. Já os holandeses estabeleceram uma dominação na capitania de Pernambuco de 1630 a 1654. No território de Alagoas, a ação europeia ocorreu principalmente em Porto Calvo que, apesar de existir desde o século XVI, só seria de fato fundada em 1636.

Foi exatamente nesse período de invasão por parte dos holandeses que os primeiros quilombos foram surgindo, se

multiplicando. Essa situação acabou trazendo para os quilombos um caráter de ameaça à chamada ordem colonial, fato que atrapalhou os objetivos da expansão do colonialismo em Pernambuco (SALGADO, 2010).

De acordo com Freitas (2004), agentes da coroa em Pernambuco objetivavam destruir os quilombos e povoar a região da Zona da Mata, uma vez que havia uma necessidade de expansão territorial para dar continuidade às práticas agrícolas e à criação de animais. Para que isso acontecesse, os agentes ofereceram terras como forma de incentivo ao povoamento e à destruição dos quilombos. Porém, apesar das insistentes investidas portuguesas, os quilombos permaneciam resistentes. Sendo assim, os agentes de coroa tiveram que recorrer às ações do famoso bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, bandeirante muito conhecido por caçar e prender índios.

Enquanto haviam as últimas investidas para derrubada dos quilombos, e no período de destruição destes, os negros capturados de Palmares foram enviados, em grande parte, para o Rio de Janeiro ou para fora do Brasil, de modo a evitar que eles fugissem novamente para os quilombos e levassem outros escravos consigo. Infelizmente, não se sabe o número dos que conseguiram se livrar da captura, além de não ser de conhecimento também quantos destes permaneceram em Palmares.

Deve-se destacar que, assim como em outras áreas do Brasil, provavelmente, já havia presença de indígenas na região que hoje se encontra União dos Palmares antes mesmo da vinda dos colonizadores e dos escravos. Estes últimos, possivelmente, teriam recebido o apoio dos índios para a construção dos quilombos.

Seguindo esse pensamento, pode-se deduzir também que, uma vez que pertence à União dos Palmares, o território atual da comunidade de Muquém poderia ter sido habitado por indígenas, africanos, mestiços, além de europeus de origem portuguesa, francesa e holandesa.

Um dos fatos mais significativos da história do estado, e também da história do país, é o que se refere ao Quilombo dos Palmares. Segundo dados históricos, havia, em Alagoas, diversos quilombos, mas certamente o de Palmares foi o que mais alcançou repercussão. Sua formação ocorreu na Serra da Barriga, região do atual município de União dos Palmares e, embora a história desse quilombo ainda esteja longe de ser conhecida, algumas informações podem ser encontradas em documentos antigos escritos por holandeses e portugueses sobre os combates contra os quilombolas palmarinos. Muitos desses documentos foram recuperados e podem ser encontrados em Freitas (2004). Contudo, boa parte das informações encontradas está limitada a dados de cunho militar e sob o ponto de vista unitário daqueles que eram inimigos do quilombo.

De acordo com Funari (1996), muitos dos negros fugidos iam para os quilombos a fim de escapar dos maus tratos de seus capatazes. Nos quilombos, eles viviam um meio de refúgio, de protesto contra as violências sofridas e também uma oportunidade de união. Um dos fatores que pode ser considerado como diretamente relacionado a esse longo período de resistência é a geografia da região. O município de União dos Palmares está localizado na zona da mata e apresenta um terreno acidentado. A mata densa e as grandes serras auxiliavam a

defesa dos habitantes de Palmares em relação aos violentos ataques que objetivavam destruir os quilombos.

Segundo Salgado (2010), o Quilombo dos Palmares era formado por diversos sub-quilombos habitados por pessoas das mais diversas origens, como negros africanos, índios e até por brancos, estes últimos geralmente eram perseguidos, como judeus, mouros, bruxas, ladrões, por exemplo, e também se refugiavam nos quilombos. Conforme aponta o estudo já citado de Funari (1996), foram encontrados, na Serra da Barriga, vestígios relacionados, principalmente, a objetos feitos manualmente oriundos das culturas lá existentes, como, por exemplo, machado lítico e vaso de cerâmica. Outro fator que ainda merece destaque é que aqueles que conseguiam destruir parte dos quilombos ficavam impressionados quando viam os mesmos quilombos novamente habitados pouco tempo depois (ALTAVILA, 1988).

Tendo em vista que as informações gerais sobre o quilombo são incompletas, o que se pode, então, pensar a respeito da língua? Por conta dessa diversidade cultural e linguística apontada no decorrer de nossa discussão, estudiosos como Funari (1996), por exemplo, acreditam que a língua falada nos quilombos não seria uma língua africana:

Não sabemos que língua se falava em Palmares [...]. Aparentemente, contudo, os palmarinos, como população de origem variada, congregando africanos de diferentes tribos, índios e europeus, deveriam usar uma espécie de língua comum, não necessariamente como base banto (FUNARI, 1996, p. 49).

Essa questão da língua também se encontra na discussão de Price (1996), ao afirmar que "a língua falada pelos palmarinos, de acordo com o que li, era um tipo de português misturado, com elementos africanos,

mas diferente o suficiente para que outros brasileiros não o entendessem" (PRICE, 1996, p. 58).

Como mostram os estudos históricos mencionados anteriormente, a Serra da Barriga e áreas próximas ainda apresentam indícios da existência dos quilombos. A comunidade Muquém apresenta um autorreconhecimento de sua descendência quilombola e inclusive ainda realiza atividades que estão diretamente ligadas às práticas quilombolas, como a produção de cerâmica, por exemplo. Assim, defende-se aqui a ideia de que de que a língua falada nessa comunidade também pode apresentar características advindas desses quilombos. Segundo Cunha (2003), entre as marcas linguísticas características de comunidades rurais descendentes de africanos estão: perda ou variação de formas flexionais, além também de perda de concordância de gênero e número. Estas marcas podem ser vistas na fala dos moradores de Muquém, ilustrados nos exemplos abaixo, retirados de Moura (2009 *apud* SALGADO, 2010, p. 68):

(6) Variação na Marca de número:

Ex: *As casa era cortada; Quando nós era criança; otros é cadastrado; os povo que são empregado do governo;*

(7) Variação na Marca de gênero:

Ex: *era do outra banda; Aquele pessoa; a última dia dos leilões; foi a cheia maior que foi visto na minha vida;*

Partindo de pressupostos teóricos embasados em Hudson (1980), Bickerton (1988) e Holm (1988), Lucchesi (2000, p. 18) afirma que:

[...] é natural que os mecanismos sintáticos de concordância de número e gênero, bem como da concordância verbal, se percam nos processos de transmissão linguística irregular, em que as estruturas gramaticais redundantes e de sentido referencial menor ou nulo tendem a se perder, na medida em

que a interação verbal fica reduzida praticamente à função comunicativa da língua.

Ou seja, para eles, a redução das marcas flexionais e a variação de concordância são derivadas do contato entre línguas. Sendo assim, é possível dizer que os moradores de Muquém apresentam esses tipos de variação, como comprovados em alguns estudos (SANTOS, 2004; SALGADO, 2009; BISMARCK LOPES, 2011).

Salvador

Segundo dados do IBGE 2010, a primeira capital do Brasil é hoje uma metrópole com mais de 2,6 milhões de habitantes, sendo o município mais populoso da região Nordeste, o terceiro mais populoso do Brasil e o oitavo mais populoso da América Latina.

De acordo com registros de autores como Lobo (2000), os portugueses chegados à Bahia, no século XIX, eram de regiões diversas de Portugal e vinham, em sua maioria, de ocupações deveras simples. Assim, esses dados nos levam a supor que a língua que foi transplantada para o Brasil foi a das camadas mais populares, provavelmente marcada por significantes diversidades diatópicas. Ainda segundo esse estudo, a maioria dos imigrantes portugueses em Salvador, entre 1852 e o ano de 1889, tinha entre 9 e 25 anos. Essa população, por ser bastante jovem, chega com uma enorme propensão ainda para a incorporação de dados do contexto linguístico ao conhecimento que eles traziam de sua língua materna (LOPES, 2001).

A cidade de Salvador, além dos portugueses, contou principalmente com uma grande parcela de negros para a formação de sua população. Hoje, a cidade é tida como referência pelas pessoas

como um exemplo de mistura racial no país, fato evidente na diversidade de traços que podem ser encontrados na composição física variada da população. Se, por um lado, o negro permaneceu forte na composição da cidade, o mesmo não se pode dizer do indígena, que, como foi comentado na seção anterior sobre a comunidade afrodescendente de Muquém, sofreu extermínio na época da colonização, e os que sobreviveram desertaram para as matas.

Viana Filho (1988) afirma que os negros que vieram para a Bahia eram, em sua maioria, procedentes de grupos sudaneses e banto, e que, em 1775, estes negros e seus descendentes constituíam a incontestável maioria da população, uma vez que, de um total de 33.686 habitantes, Salvador tinha 10.720 brancos, contra 4.324 pardos e 18.338 negros.

Segundo Lopes (2001), até o século XIX, havia imprecisão a respeito da área de Salvador, não se sabendo até onde iria a zona urbana e onde se iniciava a zona rural. Consoante Mattoso (1988), a zona urbana da cidade seria formada por onze paróquias. São elas: Sé, São Pedro, Santana, Conceição da Praia, Vitória, Passo, Pilar, Santo Antônio Além do Carmo, Brotas, Mares e Penha.

Nesse período, em Salvador, os escravos e ex-escravos estavam em toda parte, mas o número médio de escravos entre os bairros variava. Os distritos em que havia maior concentração de escravos eram Sé, São Pedro e Vitória, enquanto que os distritos de Santana, Brotas e Passo se destacavam por possuírem um número médio de escravos muito baixo. Segundo pesquisa referida em Mattoso (1988) a partir de testamentos e inventários, é importante atentar-se que os escravos libertos em Salvador eram, sem sua maioria, africanos, não crioulos, ou seja, não eram negros nascidos no Brasil. Eles já vieram para o Brasil com a

língua materna e apreenderam o português como L2, e era exatamente essa segunda língua que era usada e transmitida para seus descendentes por sucessivas gerações.

Consoante Mattoso (1992), havia uma preferência entre os escravos pela escolha de parceiros da mesma origem; raramente havia união entre africanos e crioulos ou mulatos, mantendo-se muitas vezes também rivalidades pré-existentes entre as nações da África. Dessa forma, o mais comum era haver uniões de brasileiros com brasileiros, quase nunca alforriados com escravo ou vice-versa. No que diz respeito ao número de filhos desses escravos, a autora chegou aos seguintes dados do recenseamento de 1872: 56 crianças nasceriam de mãe branca e 167 crianças teriam nascido de mães africanas de diversas origens. Esses dados auxiliam no entendimento do contexto linguístico a que as crianças estavam sujeitas no referido período. Eles indicam que a maioria delas tinha acesso a um português utilizado por falantes nativos de outra língua, fora que estes dados fortalecem a hipótese de que a maioria dos descendentes de escravos de Salvador pode ter tido como dados primários para a sua aquisição não o português europeu, mas sim um outro, distinto, apreendido com falantes do português como L2, já com interferências do contato entre línguas.

Tendo em vista estas circunstâncias, Ribeiro (1995, p. 220) comenta que:

[a] primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia nos berros do capataz. Teve de fazê-lo para comunicar-se com seus companheiros de desterro, oriundos de diferentes povos. Fazendo-o, se reumanizou, começando a sair da condição de bem semovente, mero animal ou força energética para o trabalho. Conseguindo miraculosamente dominar a nova língua, não só a refez, emprestando singularidade ao português, mas também possibilitou sua difusão por todo o território, uma

vez que nas outras áreas se falava principalmente a língua dos índios, o tupi-guarani.

Segundo Mattoso (1992), nas plantações de fumo, havia uma estrutura social bem mais simples em relação à dos engenhos, caracterizada por um pequeno número de escravos que trabalhavam numa plantação e por haver uma aproximação maior entre os senhores e seus escravos. Essa informação nos ajuda a concluir, nestes contextos, o acesso dos africanos ao português acabou sendo maior do que comparado a outros tipos de cultura, em que o distanciamento entre o escravo e seu senhor era maior.

De acordo com Lopes (2001), após a abolição, ocorreu uma ida em massa de grande parcela dos escravos da zona rural, sobretudo para a zona urbana, em busca de trabalho. Assim, a cidade de Salvador, como todos os centros urbanos, passou a conviver com um número elevado de ex-escravos vindos da zona rural e, pelo fato de estar próximo, possivelmente recebeu também os ex-escravos das fazendas do Recôncavo Baiano. Nesse período, os negros urbanos e a população branca e mestiça passariam a conviver com aqueles negros que viviam na área rural.

Na visão de Lucchesi (2000), a chegada de imigrantes de origem europeia para suprir a falta de trabalho escravo nas fazendas, logo após a abolição, certamente ampliou e diversificou o quadro populacional do Brasil. Eles aprendiam o português principalmente dos ex-escravos, ainda nas localidades de trabalho, e provavelmente tinham acesso ao português dessa população. Embora esses imigrantes tivessem o objetivo inicial de trabalhar no campo, eles acabaram conquistando,

posteriormente, a cidade, contribuindo também para a variação do português na população nem negra nem mestiça.

Ainda vale destacar que, no Brasil, no século XX, a urbanização se faz crescente, provocada pela industrialização e pelo êxodo rural, consequência principalmente do latifúndio e de grandes áreas improdutivas. Como já foi destacado, esse processo leva as pessoas da zona rural a migrarem para a zona urbana, em busca de emprego e melhores condições de vida, situação que não parece estar tão distante da atual realidade do país. Salvador, assim como todas as outras capitais, recebe a diversidade cultural e dialetal formada nas diversas regiões do estado.

Cabo Verde

Com o nome oficial de República de Cabo Verde, este é um país insular africano, de origem vulcânica, constituído por 10 ilhas. Localizado no Oceano Atlântico, Cabo Verde está próxima do Senegal, Mauritânia, Gâmbia e da Guiné-Bissau, todos estes localizados na faixa costeira ocidental africana. Sua capital é a cidade da Praia, na Ilha de Santiago, que, juntamente com Mindelo, na Ilha de São Vicente, são as duas cidades principais do país.

A língua oficial é o português, usado nas escolas, na administração pública, na imprensa e nas publicações. A língua nacional de Cabo Verde, a chamada “língua do povo”, é o crioulo cabo-verdiano. Nas dez ilhas do arquipélago, cada uma tem um crioulo diferente, porém esses crioulos parecem estar, oficialmente, em processo de normatização e discute-se a sua adoção como segunda língua oficial, ao lado do português.

Em sua maioria, os cabo-verdianos são descendentes de antigos escravos africanos e dos seus senhores portugueses, e apresentam, em sua história, um processo de formação de classes sociais. Neste momento, pode-se constatar a ausência de uma “burguesia” propriamente dita, mas a existência de vários tipos de “pequena burguesia”, numericamente significativos. No entanto, a grande maioria da população é constituída pelo campesinato e algum operariado.

Quanto às origens da população negra no país, Baptista (2002) afirma que, entre as dezenas de grupos étnicos que podem ter contribuído para a formação da língua cabo-verdiana e do povo cabo-verdiano, os três mais representativos são os dos Mandings, Jalofos e Fulas Pretos. No início da colonização das ilhas, os escravos eram trazidos de toda Guiné, desde o rio Senegal à Serra Leoa. No entanto, com o encolhimento do império colonial português sob o impulso de outras potências ocidentais, como França, Holanda e Inglaterra, o reservatório português de escravos na África Ocidental foi, por volta de meados do século XVI, quase reduzido às fronteiras geográficas da atual Guiné-Bissau.

Entre a população negra do arquipélago de Cabo Verde, não houve apenas escravos, mas também negros livres, como os Banhuns, os Brames e os Cassangas, que acompanharam voluntariamente comerciantes, missionários e capitães do mar (ANDRADE, 1996). Um certo número deles poderia falar Português, e alguns deles foram a Santiago para serem cristianizados. Entre estes, havia também homens negros e mulheres que falavam o português; eles eram ladinos e ladinas (também chamados tangomas) que acompanharam os lançados nas ilhas de Cabo Verde. Os ladinos foram escravos convertidos que tinham

aprendido os princípios básicos do português, e os lançados foram agentes transmissores que serviram como intermediários entre os comerciantes de escravos e as pessoas do interior. Os *lançados* eram portugueses que tinham sido marginalizados devido à sua descendência judaica ou porque eles eram criminosos em tempos passados. Eles se instalaram no arquipélago com mulheres e crianças africanas e tinham, como resultado, a oportunidade de aprender o crioulo e divulgá-lo no continente, na Guiné, por exemplo.

Kihm (1994) comenta que, para além dos lançados ou ladinos, os grumetes, traduzível como “shipboys” (africanos cristianizados que serviam como intermediários entre o português e os africanos que viviam em Cacheu e Ziguinchor), também desempenharam um papel na transmissão da língua. Assim, este esboço mostra que os lançados, ladinos e grumetes desempenham um papel fundamental na transferência de crioulo de Cabo Verde à Guiné-Bissau.

Como mencionado anteriormente, os escravos negros foram capturados e trazidos de volta a Portugal na segunda metade do século XV. Vários escravos teriam vivido em Lisboa no início do século XVI, onde se misturaram com a população branca. Este fato é corroborado na literatura portuguesa por dramaturgos como Gil Vicente, que imitava uma língua dos pretos (discurso de preto) em algumas de suas peças. Segundo Baptista (2002), uma análise cuidadosa deste discurso, embora caricaturado, revela características fonológicas e morfosintáticas características que se encontra em alguns crioulos de base portuguesa, incluindo CCV.

Baptista (2002), no que diz respeito à natureza exata da língua falada pelos escravos negros em Portugal, levanta duas hipóteses: de acordo com a primeira, escravos falavam uma língua de

reconhecimento ensinada aos negros pelos portugueses, de modo que eles pudessem se comunicar uns com os outros. Isso teria permitido que os escravos que falavam português fossem usados como intérpretes durante as expedições no continente africano. A segunda hipótese, simplesmente argumenta que os escravos aprenderam o português como segunda língua. Kihm (1994) propõe que a viagem de ida e volta entre Portugal e África Ocidental criou a possibilidade de que um Pidgin português servisse de base para o Proto-Kriolu desenvolvido na Senegâmbia e Cabo Verde.

Devido ao uso comercial das ilhas, os escravos foram mais numerosos que os brancos e por mais tempo e, de acordo com Baptista (2002), é apenas no século XIX que a população branca aumentou em números, embora nunca tenham superado a população negra.

Em todos os momentos, as ilhas foram utilizadas mais como um ponto comercial estratégico do que como fonte de riqueza em recursos que tinham para oferecer. Elas foram utilizadas principalmente como um depositário escravo, um campo de testes para recursos agrícolas, e um trampolim para expedições de reconhecimento e exploração da costa ocidental da África.

Colocando estas observações sócio-históricas no contexto mais amplo de criação de língua, este esboço sugere claramente que os agentes que contribuíram para a formação de CCV não eram somente filhos nascidos na colônia, mas também adultos (lançados, grumetes etc.), como defendido no estudo de Baptista (2002). O CCV apresenta um caso particularmente interessante para o debate em curso sobre criouliização, mudança linguística e aquisição da linguagem. Sobre esta

questão, DeGraff (1999) representa a primeira tentativa para ligar estas três áreas à teoria gerativa.

DeGraff (1999) observa que o estudo da linguagem, da gramática e do desenvolvimento pode ter uma abordagem microscópica, centrando-se no conhecimento linguístico localizado na cabeça de um falante-indivíduo, ou numa abordagem macroscópica, centrando-se nas manifestações comportamentais desses estados de conhecimento no ambiente de fala social do falante ou ecologia linguística. Do ponto de vista microscópico, a formação do CCV claramente envolve a aquisição de L₁ (crianças) e de L₂ (adultos como transmissão de agentes). A partir do ângulo macroscópico, o estudo da crioulização e mudança linguística precisa levar em conta a identidade dos primeiros escravos africanos e dos homens livres envolvidos na transmissão da língua.

Além disso, os dialetos específicos do português que contribuíram para a formação das variedades Sotavento e Barlavento ao longo de cem anos devem ser examinados. A formação do CCV envolve aquisição de L₁ e aquisição de L₂ (como já mencionado), um *pidgin* afro-português (que pode ter se originado a partir de Cabo Verde ou do continente) ou possivelmente uma língua franca, interagindo com vários substratos.

Uma proposta de contínuo na constituição da língua

Como se pode ver a seguir, as comunidades que tiveram suas sócio-histórias apresentadas acima parecem exibir uma hierarquização na marca de gênero, e é exatamente essa hierarquização que aqui se chama de contínuo. Assim, para se discutir um contínuo de variação entre as quatro comunidades selecionadas no presente trabalho, deve-

se partir do conceito de TLI. Segundo Lucchesi (2000), TLI é um conceito mais amplo do que o de pidginização/crioulização, pois engloba tanto os processos de mudança provenientes do contato entre línguas através dos quais uma determinada língua sofre alterações muito profundas na sua estrutura, do que resulta o surgimento de uma língua nova denominada *pidgin* ou *crioulo*, quanto os processos nos quais uma língua sofre alterações decorrentes do contato com outras línguas, sem que essas alterações cheguem a configurar a emergência de uma nova língua. E é exatamente esse grau de intensidade do processo de TLI e do contato entre línguas que vai nos permitir falar sobre um possível contínuo de variação de gênero nas comunidades que tiveram suas sócio-histórias evidenciadas nas seções anteriores.

Sobre o contato entre línguas, é possível afirmar que este é uma constante em toda a história da humanidade, contudo esse processo ganhou proporções até então desconhecidas com a expansão mercantilista e colonialista da Europa, no período que se estende do século XV ao século XIX, com a colonização europeia da América, África e Ásia. Nesse cenário, o processo de escravidão de grandes contingentes de africanos foi particularmente importante para o aprofundamento desse contato entre línguas e para desencadear processos maciços de transmissão linguística irregular. Esses escravos foram retirados de seu universo cultural de origem, sendo transportados principalmente para as Américas⁴.

No plano sócio-histórico em que se formaram as línguas pidgins e crioulas, é possível destacar: as chamadas *plantations*, grandes empreendimentos coloniais agro-exportadores que empregavam

⁴ Segundo Lucchesi (2000), estima-se que cerca de dez milhões de indivíduos teriam sido escravizados na África e levados para o continente americano durante o período do tráfico negreiro.

largamente a mão-de-obra escrava; os entrepostos e fortes coloniais da costa africana e do sul e sudeste asiático; e os agrupamentos de escravos foragidos na América e na África, conhecidos como *quilombos*. Estabelece-se, nesse contexto, a situação sociolinguística bastante favorável para a emergência de uma língua crioula: um grupo de falantes adultos de várias línguas mutuamente ininteligíveis são postos em contato com uma língua de um grupo dominante que passa a ser utilizada em situações de comunicação emergencial.

Assim, de acordo com Lucchesi (2000), a TLI constitui um contínuo de níveis diferenciados de socialização/nativização de uma língua segunda, adquirida massivamente, de forma mais ou menos imperfeita, em contextos sócio-históricos específicos. Partindo dessa ideia, pode-se inferir que a crioulação típica se situaria no extremo desse contínuo, numa situação em que o acesso à língua alvo foi extremamente reduzido, desencadeando um processo de reestruturação linguística independente, cujo resultado é a formação de uma nova língua qualitativamente distinta da(s) língua(s) que forneceu(ram) os modelos primários para a aquisição/nativização. Daí a importância de se pensar as situações de contato maciço entre línguas em termos mais amplos, através do conceito de TLI.

Em se tratando dos aspectos linguísticos, quando uma grande população de adultos – em muitos casos, falantes de línguas diferenciadas e mutuamente ininteligíveis – é forçada a adquirir uma L2 emergencialmente em função de relações comerciais ou de escravidão, a variedade dessa língua alvo que se forma nessa situação inicial de contato apresenta uma forte redução/simplificação em sua estrutura gramatical, posto que só os elementos essenciais necessários ao preenchimento das funções comunicativas básicas são mantidos.

Dessa forma, ainda segundo o autor, por ser socialmente mais viável, essa variedade da língua alvo falada como L2 pelos indivíduos dos grupos dominados vai progressivamente assumindo novas funções na interação linguística, ao tempo em que vai se convertendo em modelo para a aquisição da língua materna dos descendentes dos falantes das outras línguas. O processo de gramaticalização da nova língua que se forma na situação de contato pode se consolidar também no momento em que as crianças que nascem nessa situação tomam como sua língua materna essa nova língua, dando oportunidade ao processo de crioulização, através do qual a nova língua se torna a língua nativa da comunidade em que ocorreu o contato entre línguas.

De forma geral, essa seria a situação arquetípica dos processos consensualmente definidos como de pidginização e crioulização. Em situações desse tipo, formaram-se, por exemplo, o crioulo caboverdiano. Contudo, os processos históricos de contato entre línguas são bastante variáveis em termos de seus parâmetros sócio-demográficos e etnolinguísticos. Assim, pode-se pensar que, durante o período de expansão funcional e gramatical da nova variedade linguística, os processos de incorporação de dispositivos gramaticais das outras línguas e de reestruturação original da gramática tendem a sofrer uma concorrência dos modelos da língua alvo, que é mais ou menos intensa e determinante conforme cada caso histórico particular. Daí a importância de se pensar o contato entre línguas nos termos mais amplos de um processo de TLI para se chegar a uma noção de contínuo de ocorrência de uma determinada variação em variedades de línguas distintas. Partindo desse ponto de vista, é possível dar conta de determinados processos históricos, como os que se deram, por

exemplo, durante a colonização do continente americano, em que línguas como o espanhol, o português e o inglês sofreram significativas alterações em seus padrões de uso ao serem assimiladas por contingentes de falantes de outras línguas (indígenas e africanas), sem que, entretanto, tais processos tenham resultado na formação de línguas pidgins e crioulas, diferentemente do que aconteceu no continente africano.

Se o acesso dos falantes das outras línguas e, principalmente, dos seus descendentes, aos modelos da língua alvo aumenta com a continuidade da situação social que originou o contato, e considerando-se que esses modelos tendem a gozar de um maior prestígio na estrutura da comunidade de fala, estabelecendo-se assim uma espécie de ideal normativo, é possível inferir que esses modelos tendem a superar os processos de transferências de estruturas das outras línguas e/ou de reestruturação original da gramática durante a nativização. Dessa forma, o resultado desse processo pode não ser a formação de um sistema linguístico distinto da língua alvo, mas uma nova variedade dessa língua alvo que não deixa de apresentar certas características decorrentes do processo de TLI que se deu com a socialização/nativização da língua alvo entre os segmentos de falantes das outras línguas e seus descendentes, como o que se pode encontrar na fala de comunidades afrodescendentes.

A diferença entre os casos de transmissão linguística irregular mais leves e os casos típicos de crioulização e pidginização estaria, em parte, situada no grau de intensidade desses processos de mudança. Nos processos típicos de crioulização, ocorreria uma perda muito radical da morfologia flexional tanto do nome quanto do verbo, e das

regras de concordância a elas associadas. Esse é o caso, por exemplo, dos crioulos de base portuguesa da África.

No crioulo de Cabo Verde, as regras de concordância nominal e verbal do português foram praticamente eliminadas. No caso específico da marcação de gênero, os processos de gramaticalização que ocorrem nas fases de reestruturação da nova variedade linguística emergente seriam bastante profundos, conservando-se apenas as marcas que estavam mais intimamente ligadas a uma função de prover referencial, como se pode ver em nos exemplos abaixo:

(8) **Kel libru grandi sta riba de menza.**

O Livro grande está em cima da mesa

(9) **Kel kosa ke bo dam.**

A coisa que você me deu

Ainda seguindo a ideia de intensidade do contato entre línguas, mesmo entre línguas reconhecidamente crioulas, Lucchesi (2000) afirma que é possível observar graus variados de reestruturação gramatical, com casos de reestruturação mais profunda, como o crioulo francês do Haiti, por exemplo, e casos de reestruturação menos profunda, como o crioulo cabo-verdiano, de base lexical portuguesa. Contudo, pode-se considerar este último, conforme destaque anterior, como no extremo do contínuo de marcação de gênero, uma vez que a reestruturação da nova variedade linguística emergente no arquipélago foi bastante profunda.

No caso do Brasil, pode-se pensar num processo de TLI que não teria resultado na formação de pidgins e/ou crioulos estáveis, levando-nos a pensar numa noção de variação, e não de eliminação. Quanto às

etapas do processo de TLI mais leve, Lucchesi (2000, p. 122-123) propôs um quadro para explicar a história das variedades populares do Brasil:

- a) Eliminação de certos dispositivos gramaticais mais abstratos e de uso restrito da língua alvo;
- b) Recomposição da estrutura gramatical da língua alvo, eliminando a variação ou reduzindo-a a uma pequena escala;
- c) Manutenção da variação no esquema presença/ausência do dispositivo gramatical da língua alvo;
- d) Manutenção da variação no uso do dispositivo gramatical dentro de um esquema de variação ternária com a variante da língua alvo, uma variante oriunda de um processo original de reestruturação da gramática e a variante zero;
- e) Alteração nas frequências de uso relativamente à marcação de determinados parâmetros sintáticos.

No que tange ao gênero, o autor inclui o caso aqui tratado da variação de gênero na comunidade de fala de Helvécia no item (b) acima. A justificativa se apresenta no fato de que, nessa comunidade, a morfologia de gênero teria sido reintroduzida na maioria das variedades populares do português do Brasil, mantendo-se a variação na concordância de gênero, num nível de frequência mais baixo, apenas naquelas comunidades que passaram por um processo de TLI mais profundo e/ou que se mantiveram numa situação de isolamento por mais tempo, sendo mais refratárias a influências dos modelos da língua alvo (LUCCHESI, 2000).

Apesar da existência de variação na fala dessa comunidade, como evidenciado nos exemplos (10) e (11) abaixo, a alta frequência da aplicação da regra de concordância de gênero aponta para um estágio final do processo de mudança no sentido de fixação da regra.

(10) E no **radia** falava, né?

(11) [...] opero **no perna** e tudo [...]

Como aponta Lucchesi (2000), nos crioulos portugueses da África foram eliminados todos os morfemas de número e pessoa do verbo, bem como mecanismos de concordância nominal, seja em relação à categoria de número, seja em relação a categoria gramatical de gênero, como evidenciado acima, por exemplo, com o crioulo de Cabo Verde. Já nos casos de uma TLI mais leve, como por exemplo o que aconteceu em Helvécia, não pode-se pensar em um quadro de eliminação em níveis tão categóricos, mas na formação de um quadro de variação mais ou menos intenso conforme cada caso, como evidenciado no quadro acima.

Assim, pode-se inferir que os resultados obtidos pela análise de Lucchesi (2009) com a comunidade de Helvécia-BA e os que se apresentam acima sobre Muquém-AL (exemplos em (7)) são bastante contrastivos, o que nos leva a observar que o quadro de variação sistêmica e estruturada que se verifica ainda hoje em Helvécia parecer ser, de fato, resultado do contato direto e intenso do português com as línguas africanas que se deu na comunidade no período colonial, como evidenciado na sócio-história da comunidade na seção 3, fato que parece não ter acontecido na comunidade de Muquém, devido à variação aleatória encontrada nessa última. Tal disparidade na frequência de variação também pode ser explicada pelas próprias características das comunidades, seja de ordem geográfica, histórica e/ou social.

Além de ter um nível de isolamento muito mais marcado que o de Muquém, Helvécia permaneceu muito mais tempo isolada e resistindo às ações do meio de comunicação que a outra comunidade em comparação. O número de moradores de Muquém é muito menor que o da comunidade baiana, sendo que destes, muitos homens já saíram para trabalhar em outros estados, muitas mulheres vendem peças artesanais na feira, tendo contato constante com o externo a comunidade, sem contar as crianças que vão estudar no município vizinho. Como se isto não bastasse, desde 1999, a comunidade conta com uma escola de educação infantil, tendo uma interferência direta da ação normativizadora.

Com relação ao apontado nos exemplos acima, pode-se até afirmar que o que ocorre em Muquém não se trataria nem de um caso de variação de gênero, uma vez que tais ocorrências tão ínfimas se caracterizam mais como flutuação do que como variação, assim como Lucchesi (2000) afirmou ao comparar Helvécia com a comunidade de Mato Grosso, também localizada na Bahia. Apesar de ser considerada oficialmente uma comunidade quilombola que possivelmente se originou do próprio Quilombo dos Palmares em seu passado, Muquém parece estar sendo cada vez mais descaracterizada por todos os motivos elencados acima, mas principalmente por uma ação normativizadora e pelo acesso aos meios de comunicação.

Retomando, então, a noção de contínuo proposta no presente trabalho, pode-se assumir que, em todo e qualquer processo de TLI desencadeado pelo contato entre línguas, ocorre, em maior ou menor grau, perda de morfologia flexional e de regras de concordância nominal e verbal da língua lexificadora. Contudo, como já foi destacado, isso parece ocorrer em níveis distintos. Nas situações típicas

de criouliização, como se viu no crioulo de Cabo Verde, essa perda tende a ser total; já nos casos de uma transmissão linguística irregular mais leve, não se pode pensar em um quadro de eliminação em níveis tão categóricos, mas na formação de um quadro de variação mais ou menos intenso conforme cada caso. Assim, mesmo esses casos de TLI do tipo leve parecem acontecer de forma distinta, evidenciado na comparação entre as quantificações de ocorrências com/sem aplicação da regra de concordância encontradas de formas díspares nas comunidades de Helvécia e de Muquém.

Na verdade, o que se pode encontrar na primeira e em menor grau na segunda é uma certa variação na concordância de gênero. Todavia, o que ambas têm em comum é que elas sofrem cada vez mais com a ação normativizadora da língua, numa tendência de padronização que se propende para a eliminação dessas marcas de outrora, provavelmente resquícios do processo de formação do português brasileiro, língua essa que estava em constante contato, sobretudo, como evidenciado por Lucchesi (2000), com as línguas africanas.

Como vimos na sócio-história da cidade de Salvador, a primeira capital do Brasil contou com um enorme contingente negro em sua formação, tendo estágios no tempo em que o número de negros chegou a superar o número de brancos formadores da população. Contudo, com o acelerado processo de urbanização da cidade, a difusão dos meios de comunicação e o acesso da maioria da população a escola parece ter influência direta para o apagamento de uma possível variação de gênero que possa ter ocorrido no período de formação do português brasileiro, quando os escravos aqui chegavam e tinham que

aprender o português como L2, ou ainda outro código qualquer de emergência (um possível *pidgin*). Partindo desses pressupostos, na nossa proposta de contínuo, o português urbano falado atualmente no país aponta para o extremo oposto do que aconteceu no continente africano com o crioulo de Cabo Verde.

Dessa forma, teríamos, em um extremo, uma língua em que a marcação de gênero não é explícita; no meio, em níveis distintos, variedades rurais encontradas nas comunidades afrodescendentes, com Helvécia apresentando maior resistência na preservação de resquícios do massivo contato entre línguas que o português sofreu em sua formação, e Muquém já mais próxima do atual português falado no país, apresentando uma frequência ínfima de ocorrências de variação. Na outra extremidade, já com uma eliminação praticamente total dessa variação, o português urbano falado atualmente no Brasil, uma língua completamente influenciada pela difusão dos meios de comunicação de massa e da ação padronizadora e normativizadora da escola.

Conclusão

Propusemos desenvolver um estudo analítico-descritivo de uma possível hierarquia de variação de gênero do crioulo falado em Cabo Verde ao português brasileiro urbano de Salvador, fazendo ainda uma comparação entre a comunidade afrodescendente Muquém, situada em Alagoas, mais especificamente, em União dos Palmares, tida como o berço do Quilombo dos Palmares e de um momento histórico importante para a história do Brasil, e a comunidade afrodescendente Helvécia, localizada no Município de Nova Viçosa, na microrregião de

Porto Seguro, extremo sul da Bahia, a fim de verificar semelhanças e diferenças na marcação do gênero nessas comunidades.

Conforme estudos anteriores sobre concordância de gênero em comunidades afrodescendentes, a variação na marcação dessa concordância não é algo comum entre as variedades do português, chegando a ser registrado em um nível significativo de variação apenas em certas comunidades rurais que passaram por um amplo e profundo contato linguístico em sua história, parecendo se caracterizar como uma marca da herança crioula do português brasileiro. Dessa forma, apresentam-se o levantamento e caracterização da sócio-história das comunidades supracitadas, tornando possível dimensionar a forma como o contato entre línguas se processou ao longo da história da sociedade brasileira, além de se perceber quais as suas consequências, no que tange à marcação de gênero, para a formação do panorama linguístico brasileiro contemporâneo.

Foi possível também, com a realização desse levantamento, propor um contínuo de variação de concordância entre as comunidades supracitadas, estabelecendo semelhanças e diferenças entre a constituição sócio-histórica brasileira com a que ocorreu, no continente africano, com Cabo Verde.

Referências

ALTAVILA, J. de. *História da civilização das Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1988.

ANDRADE, E. *Les Îles du Cap-Vert: De la "Découverte" à l'Indépendance Nationale (1460-1975)*. Paris: L'Harmattan, 1996.

BAPTISTA, M. *The Syntax of Cape Verdean Creole: the Sotavento varieties*. Amsterdam: John Benjamins, 2002.

BAXTER, A.; LUCCHESI, D. Un paso más hacia la definición del pasado criollo del

dialecto afro-brasileño de Helvécia (Bahia). In: Zimmermann, K. (Org.). *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Frankfurt am Main: Vervuert, 1999. p. 119-141.

BICKERTON, D. Creole Languages and the Bioprogram. In: NEWMAYER, F. (Org.). *Linguistics: The Cambridge survey*. v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BISMARCK LOPES, I. C. *A concordância nominal de número no falar dos moradores da comunidade Muquém – AL: uma abordagem sociolinguística*. 36 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras – Português). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2011.

CARVALHO, D.S. Sincretismo, subespecificação de traços e a sintaxe de gênero em uma comunidade do português afro-brasileiro: um estudo de caso. *PAPIA*. V. 21, n. 1, 2011, p. 83-97.

CUNHA, A. S. de A. Presença e contribuição das línguas negro-africanas na constituição do português do Brasil: a alegada origem crioula e a variedade popular da língua falada nas terras de preto. *Anais da Abanne*, São Luís, Maranhão, 2003.

DEGRAFF, M. (ed.) *Language Creation and Language Change: Creolization, Diachrony and Development*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.

FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, C. et al. (Orgs.) *Diversidade do português do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 1984. p. 21-32.

FREITAS, D. *República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII*. Maceió, EDUFAL, 2004.

FUNARI, P. P. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da cultura afro-americana. In: REIS, J. J. ; GOMES, F. S. (Orgs.). *Liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

HOLM, J. *Pidgins and Creoles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

HUDSON, R. A. *Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

KIHM, A. *Kriyol Syntax: The Portuguese-based Creole Language of Guinea-Bissau*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1994.

LOBO, T. Imigrantes portugueses na Bahia no século XIX: manutenção ou reestruturação de gramática? *GELNE*. Universidade Federal da Bahia, 2000.

LOPES, N. S. *Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2001.

LUCCHESI, D. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

_____. A concordância de gênero. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MATTOSO, K. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo:

Corrupio/Brasília: CNPQ, 1988.

_____. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

PESSOA DE CASTRO, Y. A influência das línguas africanas no português brasileiro. In: Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura da Cidade do Salvador (Org.). *Pasta de textos da professora e do professor*. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005.

PRICE, R. Palmares como poderia ter sido. In: REIS, J. J. ; GOMES, F. S. (Orgs.). *Liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das letras, 1995.

SALGADO, S. S. *A concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala da comunidade quilombola de Muquém AL: estudo sócio-histórico linguístico*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas. Maceió. 2010

SANTOS, D. N. *O uso da variante /e/ no final das palavras monossilábicas Deus e mais por falantes da comunidade Muquém*. 36f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas. Maceió. 2004.

VIANA FILHO, L. *O negro na Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ZIMMERMANN, K. O português não-padrão falado no Brasil: a tese da variedade pós-crioula. In: Zimmermann, K. (Org.). *Lenguas criollas de base lexical espanhola y portuguesa*. Frankfurt am Main: Vervuert, 1999. p. 441-476.

Recebido em 05/06/2016. Aprovado em 15/09/2016.